



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



ASSESSORIA JURÍDICA PARECER N.º 82/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**REQUERIMENTO DE PARECER JURÍDICO.
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS ORIGINÁRIO DO CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL- CISA. ADESÃO A OUTORGA DE
POÇOS ARTESIANOS LICITADOS
POSSIBILIDADE. DECRETO MUNICIPAL
4.271/18 DE Maio DE 2018.**

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a essa Assessoria os Autos do Processo nº051/2020, indagando sobre a possibilidade do Município de Ibirubá aderir à Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 001/2019 da CISA, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para executar projeto de Outorga de Poços Artesianos.

A aquisição, conforme consta edital, é possível mediante a adesão a ata de registro de preços.

O valor de aquisição conforme ata da reunião designada para o referido pregão demonstra que os valores estão abaixo aos orçamentos juntados aos autos, demonstrando a economicidade da adesão.



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



O fornecedor e prestador do serviço final, será a empresa MONTARDO E NASCIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº11.827.241/0001-25.

Vieram aos Autos a documentação pertinente ao caso, obedecendo as determinações do Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

.De posse das informações, esta Assessoria passa a opinar sobre o assunto.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é procedimento destinado a atender a situações nas quais a Administração Pública revele necessidade contínua em relação a determinados bens ou serviços a serem adquiridos em contratação realizada a posteriori.

Previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666, o SRP foi regulamentado no âmbito da Administração Federal por meio do Decreto nº 7.892/2013, sendo que este consiste no conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Por sua vez, o Município de Ibirubá, por meio do Decreto nº 4.271/2018 também regulamentou os procedimentos para a realização de Licitações pelo SRP, e a possibilidade da adesão dos órgãos municipais à Atas de SRP de outras entes da Federação.

Em seus Arts. 15 e 16 foram definidos os parâmetros para o procedimento, conforme colaciona-se a seguir:

Art. 15 - Os órgãos do Município poderão utilizar-se de Ata de Registro de preços que não pertença a órgão da Administração Pública Municipal.

Art. 16 - A adesão dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta à Ata de Registro de Preços gerenciada por outro órgão ou entidade de qualquer ente da federação, dependerá do cumprimento dos seguintes requisitos:



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



I - o órgão ou a entidade requisitante deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitações:

- a) a cópia do Edital e da Ata de Registro de Preços;
- b) a descrição do objeto e o respectivo valor registrado;
- c) a justificativa para a pretendida adesão, demonstrada a compatibilidade do objeto com as necessidades do órgão ou da entidade requisitante, a suficiência das quantidades e a qualidade do bem e dos serviços, facultada a juntada de informações do órgão gerenciador sobre o desempenho do objeto registrado;
- d) a vigência da Ata de Registro de Preços, por meio da respectiva publicação em veículo oficial, com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de validade, a partir do protocolo junto à Comissão Permanente de Licitações;
- e) a possibilidade de adesão prevista no edital ou na Ata de Registro de Preços;
- f) concordância do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços;
- g) a vantajosidade da contratação, incluindo a comprovação de compatibilidade com os preços praticados no mercado.

II - A Comissão Permanente de Licitação, em conjunto com o Departamento Jurídico, deverá validar a vantajosidade da adesão por meio:

- a) da adequação do preço constante na Ata de Registro de Preços a ser aderida com o valor de mercado;
- b) da impossibilidade do atendimento por intermédio de Ata de Registro de Preços vigente na Administração Pública Municipal; e
- c) da análise de outras condições, que se fizerem necessárias, inerentes ao objeto, quando couber.

III – Homologação pela autoridade competente.

Parágrafo único. Competirá à Comissão Permanente de Licitações encaminhar ao Prefeito Municipal o processo administrativo para homologação da adesão, após a validação da vantajosidade.

(Grifamos)

No caso em tela, tem-se que foram preenchidos os requisitos determinados pelo Decreto nº 4.271/2018.

Na esteira da Legislação citada e com base na documentação que acompanha os Autos do Processo; e, ainda, considerando não haver informação da existência de Ata de Registro de Preços em vigor para o objeto pretendido no município; considerando a existência de autorização lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores do Município; considerando constar dos Autos a consulta e reserva de dotação orçamentária com previsão de recursos



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



oriundos do, esta Assessoria entende por viável a formalização do Contrato para aquisição dos equipamentos objeto do certame licitatório;

S.M.J., é o parecer que encaminhamos para consideração superior.

Ibirubá-RS, em 06 de maio de 2020.

Fábio de Oliveira Cocco
Assessor Jurídico
OAB/RS 73.189